

**LEIS TRABALHISTAS: DO INÍCIO AO HOJE: ESTREITANDO LAÇOS ENTRE O
ENSINO MÉDIO E O MERCADO DE TRABALHO****LABOR LAWS: FROM THE BEGINNING TO THE PRESENT DAY -
STRENGTHENING TIES BETWEEN HIGH SCHOOL EDUCATION AND THE
LABOR MARKET**

Larissa Danieli Ramos Pereira¹
Leonardo da Silva Souza²
Andrea Helena Petry Rahmeier³

RESUMO

O artigo apresenta os resultados de um projeto interdisciplinar desenvolvido por bolsistas do PIBID nas áreas de História e Matemática, realizado entre 2022 e 2024 na Escola Municipal Theóphilo Sauer, em Taquara/RS, com uma turma do 3º ano do Ensino Médio. Diante da constatação de que muitos estudantes já estavam inseridos no mercado de trabalho e desconheciam seus direitos trabalhistas e previdenciários, elaborou-se uma intervenção pedagógica baseada no diálogo freireano e em conceitos sociológicos, como o habitus de Bourdieu. O projeto foi aplicado nas aulas de Sociologia e estruturado em duas apresentações: a primeira abordou a formação histórica das leis trabalhistas no Brasil, com ênfase na Era Vargas e na Consolidação das Leis do Trabalho; a segunda tratou das transformações recentes, incluindo políticas trabalhistas dos governos do Partido dos Trabalhadores e as mudanças introduzidas pela Reforma da Previdência de 2019. A metodologia incluiu rodas de conversa, slides e dinâmicas participativas, adaptadas conforme o perfil da turma. Os resultados mostraram que o desconhecimento dos estudantes sobre direitos trabalhistas era amplo, mas que a abordagem contextualizada favoreceu a participação, a reflexão crítica e maior compreensão sobre o impacto das legislações em suas vidas. Conclui-se que a escola tem papel fundamental na formação de trabalhadores conscientes e que a inclusão de conteúdos relacionados às leis trabalhistas no currículo é essencial para o desenvolvimento da cidadania juvenil.

Palavras-chave: Educação; Escola; Leis trabalhistas; PIBID; Reforma previdência; Ensino Médio.

¹ Acadêmica Bolsista do PIBID Interdisciplinar, do curso de História. E-mail: larissadanielaramos@sou.faccat.br

² Acadêmico Bolsista do PIBID Interdisciplinar, do curso de História. E-mail: leonardosilvasouza@sou.faccat.br

³ Doutora em História. Coordenadora do PIBID Interdisciplinar. E-mail: andrearahmeier@faccat.br

ABSTRACT

The article presents the results of an interdisciplinary project developed by PIBID scholarship recipients in the areas of History and Mathematics, carried out between 2022 and 2024 at the Theóphilo Sauer Municipal School in Taquara, Rio Grande do Sul, with a 12th-grade class. Given the finding that many students were already in the labor market and unaware of their labor and social security rights, an educational intervention was developed based on Freirean dialogue and sociological concepts, such as Bourdieu's habitus. The project was implemented in Sociology classes and structured in two presentations: the first addressed the historical formation of labor laws in Brazil, with an emphasis on the Vargas Era and the Consolidation of Labor Laws; the second dealt with recent transformations, including the labor policies of the Workers' Party governments and the changes introduced by the 2019 Social Security Reform. The methodology included discussion groups, slides, and participatory activities, adapted to the class profile. The results showed that students' lack of knowledge about labor rights was widespread, but that the contextualized approach encouraged participation, critical reflection, and a greater understanding of the impact of legislation on their lives. It was concluded that schools play a fundamental role in training conscious workers and that the inclusion of content related to labor laws in the curriculum is essential for development.

Keywords: Education; School; Labor laws; PIBID; Pension reform; High school.

1 INTRODUÇÃO

De novembro de 2022 a abril de 2024, o projeto PIBID interdisciplinar, que agrega alunos de Matemática e História com ações em diferentes espaços e disciplinas. Inicialmente, se propôs observação em diferentes espaços do contexto escolar. Como autores do texto e, também, trabalhadores durante o dia, tivemos como opção observar uma escola com atividades noturnas. Então, a opção foi a Escola Municipal Theóphilo Sauer, uma das poucas escolas municipais do país a ter ensino Médio, localizada em Taquara, RS. Entre as turmas observadas estava a 232, um terceiro ano do Ensino Médio, turma em que aplicou-se o projeto aqui apresentado.

A turma revelou uma realidade contundente: metade dos estudantes estavam inseridos no ambiente de trabalho e não tinham conhecimento dos seus direitos. Diante desse cenário desafiador, surgiu o projeto realizado pelos pibidianos do curso de História.

Diante desse contexto, os bolsistas perceberam a urgência de promover uma compreensão mais profunda sobre as leis trabalhistas e previdenciárias entre os alunos do terceiro ano do ensino médio. Não se tratava apenas de transmitir informações históricas, mas sim de capacitar os estudantes a compreenderem seu papel como cidadãos ativos em uma sociedade em constante transformação.

Este artigo explora os objetivos e resultados de um projeto, que buscou não apenas informar, mas também empoderar os alunos a compreenderem e questionarem as estruturas que regem as relações de trabalho e a seguridade social no Brasil. A partir de uma abordagem participativa, os estudantes foram desafiados a analisar criticamente as raízes históricas dessas leis, bem como suas implicações no presente e futuro de suas vidas profissionais e pessoais.

Destacamos a importância do envolvimento dos alunos na construção do conhecimento, bem como o papel fundamental da educação histórica para o desenvolvimento de uma consciência cívica e social entre os jovens. Além disso, examinaremos como a análise da realidade local dos estudantes pode servir como ponto de partida para projetos educacionais significativos e transformadores.

Por fim, este artigo visa não apenas relatar as experiências e aprendizados obtidos com a implementação desse projeto, mas também inspirar outras instituições educacionais e profissionais da área a investirem em iniciativas semelhantes, que buscam não apenas ensinar história, mas também transformar realidades e empoderar cidadãos conscientes e atuantes em nossa sociedade.

2 ESTUDANTES E SUA PERSPECTIVA SOBRE O TRABALHO - REFLEXÕES TEÓRICAS

“O diálogo é o encontro entre os homens, mediatizados pelo mundo, para designá-lo. Se ao dizer suas palavras, ao chamar ao mundo, os homens o transformam, o diálogo impõe-se como o caminho pelo qual os homens encontram seu significado enquanto homens; o diálogo é, pois, uma necessidade existencial” (Freire, 1980, p. 42).

Partindo do pressuposto que a educação deve ser um processo dialógico e participativo, os bolsistas de iniciação à docência promoveram uma série de atividades de escuta ativa e diálogo aberto com os alunos. Durante o projeto, partiu-se desse

referencial, utilizando técnicas como rodas de conversa, para incentivar os estudantes a expressarem suas vivências, dúvidas e expectativas em relação às leis trabalhistas e previdenciárias.

Ao adotar essa técnica, identificamos uma diversidade de experiências e perspectivas dentro da turma. Enquanto alguns alunos demonstravam um conhecimento básico sobre o assunto, outros revelavam dúvidas e preocupações específicas, especialmente aqueles que já estavam inseridos no mercado de trabalho.

A partir dessas informações, elaboramos um plano de ação que visava não apenas fornecer informações sobre as leis trabalhistas, mas também estimular uma reflexão crítica e uma compreensão mais profunda sobre o papel dessas leis na sociedade brasileira.

Por se tratar de um programa interdisciplinar, onde foram assistidas as aulas de outras disciplinas, não apenas história e matemática, percebemos a oportunidade de aplicar o projeto na aula de Sociologia. Houve uma conversa com o professor de Sociologia, pois segundo este, o tema fazia parte dos assuntos que iria trabalhar ao longo do semestre com a turma, então disponibilizou 3 aulas de 50 minutos para aplicarmos o projeto. No planejamento optamos pela utilização de slides para maior compreensão e entendimento dos alunos e uma roda de conversa ao final da apresentação com dinâmicas participativas.

A partir da observação da turma, pode-se observar que para ter a atenção dos alunos teríamos que utilizar títulos provocativos, caso contrário, não haveria êxito nos resultados esperados na aplicação do projeto. Por isso, incluiu-se títulos abordando a política. Nossa primeira apresentação teve como título: *Leis Trabalhistas: Começo, fim e meio*. Esperávamos trabalhar com a ideia de continuidade da luta em prol dos direitos trabalhistas. A segunda apresentação, que tratava do mundo trabalhista atual, estipulamos um título de impacto, procurando instigá-los a pensar sobre a mensagem que queríamos transmitir, sendo o título *Leis Trabalhistas: Do PT à Reforma, da Reforma ao PT*. Essa apresentação procurava contextualizar a questão trabalhista atual, e suas divergências e incoerências.

Ao conversarmos com os estudantes, fomos percebendo a falta de conhecimento em relação aos direitos e deveres trabalhistas. Quase todos os alunos

se mostraram ignorar (no sentido de falta de conhecimento) os seus direitos, e isso é inaceitável, pois é prejudicial a cada um deles, levando em consideração que a maioria já estava inserida no mercado de trabalho.

A ideia de utilizarmos a aula de sociologia para a realização e aplicação do projeto, colaborou com os nossos objetivos. Primeiramente seria possível trabalhar conceitos históricos sobre a legislação trabalhista, e, em seguida, tratar de conceitos sociológicos como o “Habitus”, de Pierre Bourdieu. Segundo Bourdieu (2007), habitus é um:

“sistema de disposições socialmente constituídas que, enquanto estruturas estruturadas e estruturantes, constituem o princípio gerador e unificador do conjunto das práticas e das ideologias características de um grupo de agentes” (Bourdieu, 2007, p. 191)

Através desse conceito sociológico tão atual, foi possível criar a base pela qual nosso projeto seria sustentado. A concepção de reprodução daquilo que sempre foi feito, aplicava-se muito bem ao ambiente em que a turma estava inserida. Se seus pais não entendiam sobre legislação trabalhista, por qual razão eles deveriam saber disso? Essa pergunta nos impulsionou a pensar sobre qual tipo de educação estamos nos apoiando, e se ela fica cada vez mais libertadora ou opressora.

Após a análise da turma como um todo, uma questão ficou evidente, poucos entendiam o básico sobre leis trabalhistas, e esse básico parecia supérfluo e pouco atual. Era a hora de colocar o projeto em prática.

3 APLICAÇÃO DA PRIMEIRA PARTE

A primeira ação foi desenvolvida em 1 período de 50 minutos. Neste momento houve uma apresentação de *slides* que tinha como título “*Leis Trabalhistas: Começo, Fim e Meio*”, pois nossa intenção era construir uma ideia de continuidade mediante as transformações que as leis foram sofrendo ao longo dos anos. Tomamos o cuidado de escolher com devida observância os conteúdos que foram apresentados, sendo eles de cunho histórico e por vezes sociológico. A recepção por parte dos estudantes nesse primeiro dia foi agradável, mesmo que poucos tenham participado. Como o

conteúdo exposto não era algo que estavam acostumados a ouvir, talvez tenham estranhado nossa forma de apropriação e construção de ideias.

Apesar de explicarmos o trabalhismo desde sua essência, passando pela Revolução Industrial, foi dentro do território brasileiro que a ênfase da apresentação aconteceu de forma aprofundada e explicativa, afinal a turma que assistia atenta, já estava inserida dentro do mercado de trabalho. Para falarmos de leis trabalhistas e do trabalhismo como um todo no Brasil, existe alguém muito conhecido pela sociedade trabalhadora e por esta é considerado fundamental para o entendimento desse conceito, sendo ele, Getúlio Vargas, que com a ajuda de setores governamentais ou não da sociedade, promoveu e consolidou a CLT, como podemos observar:

Dia 1º de maio de 2013 a Consolidação das Leis do Trabalho completa 70 anos. A CLT foi criada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e sancionada pelo presidente Getúlio Vargas, durante o período do Estado Novo. A Consolidação foi assinada pelo então presidente no Estádio de São Januário (Club de Regatas Vasco da Gama), que estava lotado para comemorar o feito. Dois anos antes, em 1941, Getúlio havia assinado a criação da Justiça do Trabalho, no mesmo local e no mesmo dia do ano. A Consolidação unificou toda a legislação trabalhista então existente no Brasil e foi um marco por inserir, de forma definitiva, os direitos trabalhistas na legislação brasileira. Seu objetivo principal é regulamentar as relações individuais e coletivas do trabalho, nela previstas. Ela surgiu como uma necessidade constitucional, após a criação da Justiça do Trabalho. Em janeiro de 1942 o presidente Getúlio Vargas e o ministro do trabalho, Alexandre Marcondes Filho, trocaram as primeiras ideias sobre a necessidade de fazer uma consolidação das leis do trabalho. A intenção inicial foi criar a "Consolidação das Leis do Trabalho e da Previdência Social". Segundo Tribunal Regional do Trabalho da 24ª Região.

Assim, por meio da temática da Era Vargas, introduzimos o conceito do trabalhismo em nosso projeto, pois através dele é possível construir as diversas pontes que interligam a continuação e o desenvolvimento da luta por direitos trabalhistas.

4 APLICAÇÃO DA SEGUNDA PARTE

Foi então que nos adaptamos, reformulamos a forma de apresentar o tema das apresentações do projeto, por meio da redução do texto e ampliação do uso de imagens instigantes. Esta mudança ocorreu em função das observações de sala de aula feita no decorrer do trimestre.

A segunda apresentação, uma semana depois, durante 1 período de 50 minutos, iniciamos com título “*Leis Trabalhistas: Do PT à Reforma, da Reforma ao PT*”, o que de forma inicial gerou estranhamento entre os estudantes, pois estes tinham opiniões diversas sobre política, mas não associavam que um partido político influencia nas leis trabalhistas. Abordamos inicialmente, as primeiras leis trabalhistas durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003–2010) do Partido dos Trabalhadores (PT). Esse período foi marcado por uma série de medidas voltadas à inclusão social, à redução das desigualdades e ao fortalecimento dos direitos dos trabalhadores. Entre essas iniciativas, destaca-se a criação do Programa Bolsa Família (2003), que passou a garantir auxílio financeiro a milhões de famílias em situação de vulnerabilidade, bem como a implementação do Programa Fome Zero (2003), cujo objetivo central era combater e erradicar a fome no país.

Essa forma de problematização despertou a curiosidade dos alunos, uma vez que não compreendiam como algo que havia sido iniciado de maneira adequada pudesse tornar-se problemático ao longo do processo de reforma trabalhista. Nesse momento conseguimos explicar a questão da reforma previdenciária, que é um tema complexo e que foi discutido e debatido ao longo de muitos anos no Brasil. Abordamos que a necessidade de reformar o sistema previdenciário surgiu devido a diversos fatores, incluindo o envelhecimento da população, o aumento da expectativa de vida, o déficit nas contas públicas e a necessidade de garantir a sustentabilidade do sistema para as gerações futuras.

Apesar da resistência e das divergências políticas, a reforma da previdência foi aprovada pelo Congresso Nacional em 2019, durante o governo de Jair Messias Bolsonaro. A medida foi vista como essencial para equilibrar as contas públicas, estimular o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade do sistema previdenciário no Brasil. Para melhor entendimento dos alunos, destacamos as mudanças que ocorreram com a reforma, sendo elas:

Idade mínima para aposentadoria: Uma das mudanças mais impactantes foi a introdução de uma idade mínima para aposentadoria, tanto para homens quanto para mulheres. Antes da reforma, era possível se aposentar por tempo de contribuição, sem considerar a idade. Agora, é necessário atingir uma idade mínima,

que foi estabelecida em 65 anos para homens e 62 anos para mulheres, com um período de transição.

Tempo de contribuição: A reforma alterou o tempo de contribuição necessário para se aposentar, aumentando-o 20 anos para homens e 15 anos para mulheres. No entanto, para receber o benefício integral, é preciso contribuir por um período maior, que varia de acordo com a categoria do trabalhador e o regime previdenciário.

Regras de transição: Foram estabelecidas regras de transição para quem já estava próximo de se aposentar na época da promulgação da reforma. Essas regras permitem uma transição mais suave para as novas exigências de idade mínima e tempo de contribuição.

Regras para servidores públicos: As mudanças na reforma da previdência também afetaram os servidores públicos, aumentando o tempo de contribuição e estabelecendo idade mínima para aposentadoria, além de ajustar as alíquotas de contribuição previdenciária.

Alíquotas de contribuição: Houve alteração nas alíquotas de contribuição previdenciária, com a criação de faixas de contribuição progressiva, de acordo com o salário do trabalhador.

Após apresentar todas as mudanças, os estudantes participaram fazendo contribuições com exemplos da sua própria vida, mostrando entendimento sobre o assunto, frases como: *“então por isso estavam acontecendo todos aqueles protestos”* e *“Não fazia ideia que era isso que tinha mudado”*. Demonstrando assim, que esses estudantes viram o que estava acontecendo, porém não tinham o entendimento sobre os assuntos e o que mudaria em seu cotidiano. As informações abordadas em aula, mostrou aos estudantes já inseridos no ambiente de trabalho como eram ou seriam afetados.

Depois de uma roda de conversa com os alunos, feita após a apresentação do projeto a fim de ter o conhecimento se este fez-se importante para os mesmos, os pibidianos levaram a seguinte reflexão: *“onde está o erro destes alunos não saberem seus direitos? Na educação, em casa ou no ambiente de trabalho?”*. Não podemos esquecer, que segundo Piaget:

A principal meta da educação é criar homens que sejam capazes de fazer

coisas novas, não simplesmente repetir o que outras gerações já fizeram. Homens que sejam criadores, inventores, descobridores. A segunda meta da educação é formar mentes que estejam em condições de criticar, verificar e não aceitar tudo. (Piaget, 1982, p. 246)

Com isso, entendemos que a escola precisa abordar as leis trabalhistas com estudantes do Ensino Médio, tanto entre os grupos que empregaram quanto os que serão empregados. Porque somente após discutirmos este tema, teremos trabalhadores conscientes e empregadores respeitosos com a vida humana e os direitos, fazendo a diferença na relação trabalhista e no ambiente de trabalho. A escola é o lugar onde o pensamento crítico precisa ser instigado, para que dessa forma, os jovens sejam melhores instruídos em relação ao mundo fora das dependências da instituição de ensino, e que faz parte do seu dia a dia.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência de trabalhar com o Ensino Médio já foi enriquecedora pelo simples fato de termos a enorme oportunidade de conviver com eles. Desde o primeiro contato com a turma, foi possível estabelecer uma boa relação, com toda certeza continuará após o término de seus estudos.

É importante ressaltar que, foi extremamente necessário entender todo o funcionamento da turma, para conseguirmos realizar uma análise de onde precisávamos começar. As conversas dentro e fora de sala de aula, foram fundamentais para conhecermos o perfil dos estudantes, e elaborarmos um plano de ação visando a melhoria do conhecimento dentro da área trabalhista. Percebemos que precisávamos mais do saber o que ensinar ou como cada estudante aprende, mas sim, conhecer um pouco das vivências de cada discente para construir as conexões entre o que se queria ensinar e o que compreenderiam para a vida. Isto é, a trabalhar com o conceito de Consciência Histórica, muito abordada por Rüsen (2006). As apresentações provaram que quanto mais perto dos estudantes estivermos, mais fácil será compreender o que estão passando e qual dificuldade enfrentam em seu dia a dia. Isso além de ser algo que faz parte da profissão do professor, nos torna seres humanos melhores, com mais empatia e capacidade de reconhecer que não sabemos tudo.

Ao nos debruçarmos sobre o conteúdo que iríamos apresentar, percebemos que quanto menos souberem, menos os trabalhadores irão cobrar percebendo o quanto é difícil o entendimento das leis, e que a sua não compreensão pode ser entendida como um projeto, indo totalmente na contramão da própria lei, que deveria ser simples e de fácil acesso a todos.

Metodologicamente, precisamos confessar que no início a turma ficou em silêncio, o que nos frustrou, mas nos levou a refletir sobre o que poderíamos fazer de diferente? Como fazer uma turma ser participativa? Foi então que nos adaptamos, reformulamos a forma de apresentar o tema das apresentações do projeto, por meio da redução do texto e ampliação do uso de imagens instigantes. Esta mudança ocorreu em função das observações de sala de aula feita no decorrer do trimestre.

A nova estratégia permitiu que conseguíssemos maior participação. Outro ponto que auxiliou foi o professor titular de Sociologia ter acompanhado todas as apresentações, pois sentíamos mais segurança para responder a dúvida dos alunos, suporte que foi indispensável para o êxito do projeto. O Professor achou tão pertinente que nos convidou para apresentar em uma turma de Segundo ano do Ensino Médio, apresentação que foi muito mais tranquila, pois os pibidianos estavam mais seguros e os estudantes foram mais participativos do início ao fim, onde percebemos que ser docente é ser desafiado e sempre estar em atualização da forma da forma de ensinar.

Em síntese, trabalhar com assuntos cotidianos e de interesse dos estudantes, pode ser uma ferramenta maravilhosa de apoio, dando ao professor a oportunidade não apenas de ensinar, mas também de aprender com os alunos. Também, é necessária a compreensão de que o conteúdo relacionado a Leis Trabalhistas é pouco ou quase nada desenvolvido dentro da dinâmica das aulas, algo que corrobora para a ignorância quase que geral da sociedade dentro desse aspecto educacional. Esse conteúdo já é obrigatório por lei, mas precisa ser muito mais trabalhado, difundido, e principalmente compreendido pelos jovens que logo entrarão no mercado de trabalho, e irão se utilizar desses conhecimentos.

REFERÊNCIAS

Confira as principais mudanças da Nova Previdência. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inss/pt-br/assuntos/noticias/confira-as-principais-mudancas-da-nova-previdencia>. Acesso em: 16 de outubro de 2025.

BOURDIEU, Pierre. (2007). **A economia das trocas simbólicas**. (5. ed.). São Paulo: Perspectiva. Disponível em: http://www.mom.arg.ufmg.br/mom/02_babel/textos/bourdieu_economia_das_trocas.pdf >. Acesso em: 12 de outubro de 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

HISTÓRIA: A CRIAÇÃO DA CLT. Jusbrasil, 2013. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/historia-a-criacao-da-clt/100474551>>. Acesso em: 12 de outubro de 2025.

PIAGET, Jean. **A formação do símbolo na criança**: imitação, jogo e sonho, imagem e representação. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RÜSEN, Jorn. Didática da História: passado, presente e perspectivas a partir do caso alemão. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, vol. 1, n. 2, p. 07-16, jul-dez. 2006.